

CADERNOS DE INCLUSÃO

5

O Processo de Implementação
das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília
(1999-2004)

Carlos Henrique R. de Siqueira

CADERNOS DE INCLUSÃO

Publicação do Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia de Inclusão no
Ensino Superior e na Pesquisa
INCTI/UnB/CNPq
V 3. No. 5, abril. 2014

Editorial

Coordenação Geral: José Jorge de Carvalho

Coordenação Editorial – (edição virtual): Leticia C.R. Vianna

Assistência Executiva – (edição virtual): Samita Ilê M. Campos de Souza

Editor: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. INCTI/UnB/CNPq

Universidade de Brasília - Instituto Central de Ciências – ICC Sul, lado A,
Sala BSS 135/138. Campus Universitário Darcy Ribeiro. Brasília DF. CEP.
70.919-970

ISSN 2965-6311

Cadernos de Inclusão 5

V 3. No. 5, abril. 2014

O Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004)

Brasília

2014

O Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004)

Carlos Henrique R. de Siqueira - *Doutor em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós- Graduação sobre as Américas - CPPAC\UnB Universidade de Brasília e bolsistas do INCT/UnB.*

Do ponto de vista puramente intelectual e político o tema tem colaborado para a retomada de vários debates abortados e deslegitimados ao longo do século passado, que giram em torno de temas como: a racialização como alternativa política, o papel dos intelectuais nas lutas sociais, a formação histórica e a composição racial da academia brasileira, as ideologias da mestiçagem e do branqueamento, o racismo nas universidades. Do ponto de vista social, a discussão do tema tem servido para que várias tendências dos movimentos negros, intelectuais, estudantes e pesquisadores confrontem e questionem a comunidade universitária forçando-a a se repensar.

Não fosse por outros motivos, as discussões e os processos que levaram à implementação das ações afirmativas no ensino superior no Brasil, apenas por isso, já contabilizariam um saldo positivo: trazer à tona temas censurados e forçar a comunidade acadêmica a se defrontar com agentes que, usualmente, ao longo da trajetória da história das ciências sociais e humanas, estiveram invariavelmente na posição de ‘objetos’.

Mas uma discussão realmente conseqüente dos processos que levaram à implementação de ações afirmativas no Brasil deve reconhecer que eles foram diversificados. É isso que lentamente começa a ocorrer. Os processos ocorridos nas diversas universidades estaduais têm origem e desenvolvimentos diferentes.

O mesmo se passa com os processos ocorridos nas universidades federais. Cada um deles tem sua história específica, com origens, tensões internas e externas, articulações e desenvolvimentos diversos.

Apesar disso, muitas avaliações sobre as ações afirmativas realizadas até o momento generalizam críticas, avaliações, diagnósticos e prognósticos, sem levar em conta a especificidade de cada processo. Por isso, no texto que se segue gostaria de me ater ao processo específico de implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília, o qual venho acompanhando através dos debates, dos eventos e dos textos produzidos, e também documentando-o em texto e vídeo desde 1999¹. O objetivo é não apenas registrar o processo e seu desenvolvimento, mas colocá-lo em perspectiva histórica, e complexificar o papel e a dimensão dos diferentes agentes envolvidos.

O debate sobre o caso da Universidade de Brasília

Há pelo menos dois textos que se referem ao processo de implementação de cotas na UnB. O primeiro é da autoria de Dione Oliveira Moura, denominado “Plano de Metas para a integração social, étnica e racial na UnB – relato da comissão de implementação” (2004); o segundo, escrito por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura, denominado “Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília” (2005).²

O que une os dois textos é o fato de estarem repletos de informações incompletas em alguns momentos, ou simplesmente equivocadas em outros. No caso do texto de Dione Moura trata-se da tentativa da construção da ‘versão oficial’ da história. Moura foi a relatora da Comissão de Implementação do

Plano de Metas³ (CIPM) criada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE). Apesar disso, ela estabelece uma narrativa confusa e repleta de erros, mesmo quando se refere a eventos nos quais esteve presente. A autora confunde não apenas nomes e datas, como apresenta uma longa cadeia de meias-verdades que obscurecem as reais tensões do processo, como no trecho seguinte:

“A aprovação do plano de metas da Universidade de Brasília foi fruto de longo debate realizado na UnB, promovido pelo núcleo de estudos afro-brasileiros (Neab/UnB), coordenado pelo professor Nelson Inocêncio, pelo Movimento Negro Estudantil EnegreSer, vinculado ao núcleo, pela dupla de pesquisadores do Departamento de Antropologia da UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, pelo movimento estudantil, DCE e Centros Acadêmicos da UnB” (Moura, 2004: 218).

Esse trecho deixa de mencionar que o chamado movimento estudantil organizado, em especial o DCE da UnB, diretamente controlado pelo PT, durante a maior parte do tempo evitou a discussão e silenciou deliberada e ativamente o debate público, recusando-se a tomar qualquer posição, a despeito das diversas solicitações. E apenas depois de expressas declarações de figuras-chaves do partido, como a do então Ministro da Educação Cristóvam Buarque, em 2003, eles se abriram para a possibilidade de colocar o tema em pauta, embora continuassem recusando a tomar posição. O mesmo ocorreu em relação a UNE.

Mais adiante, Moura afirma que:

“ (...) A comissão nomeada pela Reitoria foi composta pelos professores doutores Dóris Santos de Faria (Decana de Extensão), Dione Oliveira Moura (Faculdade de Comunicação), Renato Hilário (Faculdade de Educação), Luiz Felipe Miguel (Instituto de Ciência Política), pela estudante Renata Nóbrega Silva (Instituto de Ciência Política) (sic) e pela Deputada Érika Kokai, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF.” (Moura, 2004; 221).

Na verdade, CIPM não foi nomeada pela reitoria, mas pela assembléia do CEPE, através de seu presidente, o Vice-reitor Timothy Mulholland. Além disso, a CIPM no decorrer de suas atividades também agregou, na qualidade de convidados, representantes do coletivo de estudantes negros EnegreSer.⁴ E, embora a Deputada Distrital Érika Kokai⁵ tivesse uma vaga na comissão, raramente ela esteve presente, fazendo-se representar na maior parte das vezes por assessores ligados a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF, os quais, também, não tiveram qualquer participação ativa em termos de propostas ou sugestões que alterassem o curso regular dos trabalhos. Essa é apenas uma amostra das complicações de um texto impreciso que, por sua vez, convida os leitores a realizarem interpretações equivocadas. E como Moura não é capaz de fazer uma avaliação crítica da CIPM, ela não pôde notar algumas de suas incongruências. Não há qualquer estranhamento, por exemplo, pelo fato de que nenhum daqueles atores que elaboraram ou que estiveram comprometidos com a proposta desde seu princípio – como os professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, o professor Nelson Inocêncio de

Oliveira, ou pesquisadores da própria universidade como Sales Augusto dos Santos – foram convidados para fazer parte da comissão como membros efetivos, e com atribuições claras. O texto de Moura está completamente comprometido por sua adesão tardia, ainda que importante, ao projeto – o que lhe impede de colocar o processo em perspectiva histórica –, assim como por sua excessiva proximidade política com a reitoria – o que lhe veda a possibilidade de realizar uma crítica à instituição.

O texto de Marcus Chor Maio & Ricardo Ventura (2005) tem motivações assim como objetivos diferentes dos de Moura. Enquanto um texto tenta definir a história oficial do processo de implementação das ações afirmativas na UnB, o outro faz um longo desvio, através do questionamento do papel do antropólogo no processo, para fazer uma crítica incisiva às políticas de ação afirmativa.⁶ Erros semelhantes aos de Moura se encontram no texto de Maio & Ventura, grande parte deles derivados da utilização majoritária de fontes oficiais, como os documentos elaborados pela Assessoria de Imprensa da Universidade de Brasília, assim como pela excessiva confiança em matérias jornalísticas, no mais das vezes, imprecisas.

Ao se referirem à sessão do CEPE na qual ocorreu a votação da implementação do plano de metas, por exemplo, Maio & Ventura dizem que “o fórum universitário (...) contou com a participação, de certo modo inusitada, de personalidades do governo federal”. O termo ‘inusitado’ é um artifício retórico que indica ‘surpresa’, mas que significa uma ‘censura’. No mínimo, os autores levantam uma suspeita sobre a participação de autoridades no evento, e como artifício, o termo é evasivo o suficiente para que eles não emitam um julgamento mais decisivo sobre o significado dessa presença. Isso, evidentemente, é um

indício da insuficiência de informações sobre o processo. Se Maio & Ventura tivessem informações mais seguras sobre a trajetória que levou àquele evento, eles certamente usariam um adjetivo mais significativo para qualificar a presença das autoridades.

Como pretendo demonstrar mais adiante, o projeto de ações afirmativas na UnB contou com uma ampla participação de vários setores da sociedade, absorvendo críticas e sendo modificado a medida que discussão era ampliada. Onde Maio & Ventura vêem uma presença “inusitada”, o que houve foi o resultado de um esforço de diálogo e envolvimento próprio de todo processo de discussão pública.

Mais adiante, baseado em outro texto da Assessoria de Imprensa da UnB, os autores afirmariam que “No auditório estavam presentes conselheiros, estudantes, ativistas do movimento negro. Foi nesse clima que a UnB tornou-se a primeira universidade federal a ratificar o sistema de cotas.” A expressão ‘nesse clima’ também tem uma importante função retórica no texto. Ela (a expressão) afirma que foi nesse ambiente de autoridades, políticos, ativistas do movimento negro, estudantes – presenças estranhas e perturbadoras ao mundo da razão e do pensamento, que é o mundo da academia – que a UnB aderiu ao projeto de ação afirmativa.

O mínimo que se pode dizer é que tal narração é incapaz de descrever o ambiente no qual se decidiu pela implementação das cotas. Conforme pretendo expor mais adiante, o ‘clima’ que tornou possível a implementação de ações afirmativas na UnB foi o de quatro anos ininterruptos de discussões, de diálogo com vários segmentos sociais, de embates político-acadêmicos dentro e fora da universidade, de envolvimento de vários setores da sociedade civil, e de

mobilização da comunidade universitária. O dia da decisão foi apenas a conseqüência de um processo muito mais longo do que os autores admitem. A descrição corroborada por Maio & Ventura, além de ser de terceira mão, é deliberadamente empobrecedora e descontextualizada do evento que se quer analisar. Disso, me parece, decorrem os equívocos subseqüentes dos autores: ou seja, de uma compreensão pobre da dimensão, da extensão, e da correlação de forças dos agentes que estiveram envolvidos no processo, inclusive do papel dos “antropólogos”, seu objeto de interesse.

Outros trechos do texto de Maio & Ventura reforçam a imprecisão das informações e definitivamente falham em considerar a questão com a complexidade que o tema exige. Apenas para justificar tal crítica, gostaria de exemplificar com base em um de seus pressupostos, o qual afirma que o Estado Brasileiro seria “‘neutro’ em matéria racial até meados de 1990”. O argumento não é novo, e figura, aliás, como um dos pilares que sustenta várias das críticas às ações afirmativas no Brasil (Maggie & Fry, 2004).⁷

No entanto, esse é um pressuposto equivocado sob vários sentidos e aspectos, e chama a atenção para a estratégia argumentativa de Maio & Ventura, que evita sistematicamente complexificar a questão.

O Estado Brasileiro, como unidade independente, nasceu em 1822, e sua primeira constituição data de 1824. Portanto, ele já nasceu imerso numa sociedade legalmente dividida do ponto de vista racial. E continuou assim por mais 66 anos até a abolição da escravatura em 1888. Antes e depois dessa data, o Estado Brasileiro havia adotado uma política de imigração apoiada pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto na esfera federal como na estadual e municipal, em aliança com a iniciativa privada, de declarada

motivação racial¹(Skidmore, 1976). As políticas de caráter racial continuaram durante o período republicano, tanto no âmbito da segurança pública (Holloway, 1993) e saúde (Cunha, 2002), como na área da educação (Dávila, 2003), afetando também as políticas fundiárias em muitas regiões do país⁹ (Seyferth, 2000; Alvim, 2000).

É necessário lembrar, também, o papel ambivalente do Estado. De um lado, desde 1951 pelo menos, depois da aprovação da Lei Afonso Arinos, o Estado legisla ativamente sobre ‘matéria racial’. A Lei anti-genocídio, de 1956, também é clara nesse ponto ao proteger grupos “étnicos” e “raciais” (Maia, 2001: 43). E ao legislar presume-se que o Estado abandona a neutralidade para assumir um lado, qual seja, o do grupo racial prejudicado. Por outro lado, desde a criação do IBGE e do INEP na Era Vargas, o Estado já conhecia oficialmente padrões estabelecidos e duradouros de desigualdade racial no Brasil, especialmente na área da educação. Contudo, ao não adotar medidas para a coibição e a reversão do quadro, o Estado tornou-se conivente e perpetuador consciente daqueles padrões de exclusão racial detectados.

Portanto, tomando a história do Estado Brasileiro em sua longa duração não é possível reconhecer em suas ações qualquer ‘neutralidade’ nem em matéria racial, de classe, de gênero ou qualquer outra. No entanto, para corroborar seu argumento, isto é, de que houve uma mudança recente de paradigma do Estado em matéria racial, Maio & Ventura evitam fazer uma análise historicamente consistente, além de uma leitura crítica, aceitando como suposto a ideologia da neutralidade do Estado.¹⁰

As imprecisões continuam, indicando que os autores, mesmo em aspectos que eles conhecem bem, evitam uma discussão verdadeiramente aberta. No

prosseguimento de seu argumento Maio & Ventura fazem uma explanação sobre o “rumo das políticas de ação afirmativa no Brasil”. De modo geral, o tópico consegue abranger os principais pontos do processo, destacando a Conferência de Durban como o momento da “grande guinada” rumo às ações afirmativas. E arrematam com as seguintes afirmações:

“Ela foi precedida por uma série de eventos e relatórios que gradativamente adquiriram visibilidade na mídia envolvendo sobretudo diversas agências do Estado Brasileiro, políticos, acadêmicos, ONGs, organizações do movimento negro e fundações filantrópicas estadunidenses na denúncia do racismo e das desigualdades no Brasil. Neste último caso, basta lembrar o exemplo da Fundação Ford que, a partir dos anos 1990, redefine sua orientação científico-política ao privilegiar uma agenda de intervenção social no país.” (Maio & Ventura, 2005: 8)

Creio que apenas “lembrar o exemplo da Fundação Ford” não basta. Deixar no ar a sugestão da influência da Fundação Ford no processo é um procedimento vago, e essa afirmação é mais um meio de deslegitimar o processo de implementação de ações afirmativas no Brasil, insinuando, sem analisar, o papel da instituição. Por que então se esquivar de citar os projetos, os financiamentos e seus beneficiários, especialmente quando a maior parte das ações da Fundação Ford está concentrada na própria cidade do Rio de Janeiro?¹

Do que tenho notícia, desde 2001 até o presente momento, houve pelo menos 5 grandes projetos financiados pela Fundação Ford ligados ao tema das relações raciais nas universidades: projeto Fábrica de Idéias, sob a direção do antropólogo Lívio Sansone, sediado até o ano de 2002 no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes e depois no Centro de Estudos

Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia; projeto Cor e educação: políticas alternativas de combate à exclusão racial, sob a coordenação de Yvonne Maggie e Gláucia K. Villas Boas, entre 1998-2000¹²; Projeto Políticas da Cor – PPCor – sob direção do antropólogo Pablo Gentilli, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Observa – Acompanhando as ações afirmativas no Brasil – dirigido pelo antropólogo Peter Fry¹³; e, por fim, a versão brasileira do International Fellowship Program (IFP), sediado na Fundação Carlos Chagas, desde 2001.

O IFP é, por si só, um projeto de ação afirmativa, mas as bolsas que oferece são apenas para a pós-graduação. Além disso, parte de outros critérios que não apenas a classificação racial, mas se orienta também por critérios de classe, gênero e região, além das atividades comunitárias e sociais nas quais os candidatos estão inseridos. Dos outros projetos citados, apenas o PPCor está voltado para pensar e apoiar políticas de ação afirmativa. O projeto dirigido por Lívio Sansone nunca assumiu uma postura pró-ação afirmativa. E, como declarou, ele rejeita a politização em bases raciais implícita nos projetos de ação afirmativa (Sansone, 1998: 772-775).

Já os projetos de Peter Fry e de Yvonne Maggie formam um caso a parte. Maggie é uma das cientistas sociais mais frequentemente beneficiada com recursos da Fundação Ford no Brasil. Peter Fry, por sua vez, é o cientista social no Brasil mais próximo à instituição. De 1985 a 1993 Fry foi empregado da instituição, no cargo de representante da Fundação Ford no Brasil, além de ter sido assistente do representante da Fundação no escritório da África Oriental, em Nairobi. Seu trânsito no meio das grandes instituições financiadoras lhe rendeu também recursos do Banco Mundial para a realização de pesquisas na

África. Portanto, contrariando as insinuações de Maio & Ventura, são justamente dois dos mais bem financiados cientistas sociais no Brasil por fundações internacionais, Peter Fry e Yvonne Maggie, que formam já há alguns anos, a linha de frente mais agressiva e ativa na batalha contra as ações afirmativas.¹⁴

Assim, insinuar que os projetos de ação afirmativa são produtos de uma intervenção da Fundação Ford é sustentar uma versão bastante inexata do que está ocorrendo nesse momento. É certo que seus projetos fomentaram a discussão. No entanto, sua atuação tem sido no mínimo ambivalente, senão resistente a projetos explícitos de reserva de vagas para estudantes negros em universidades, tal como preconizado pelo projeto de Carvalho & Segato (2002). Seus recursos investidos no campo das relações raciais estão majoritariamente alocados em projetos que buscam um tipo de política alternativa de inclusão racial.

Se nos concentrarmos no caso específico da Universidade de Brasília, a instituição em questão no texto de Maio & Ventura, não houve entre os anos de 1999 a 2004 qualquer projeto ligado a discussão sobre as ações afirmativas que tivesse o apoio financeiro da Fundação Ford ou de qualquer outra agência de fomento privada, nacional ou estrangeira.¹⁵ Portanto, é necessário ressaltar, as circunstâncias e as articulações político-acadêmicas que levaram à implementação das ações afirmativas na UnB são muito mais complexas do que admitem os autores. E a versão simplificada construída em seu texto distorce completamente qualquer avaliação responsável que se possa fazer sobre a exata dimensão dos agentes envolvidos no processo de discussão sobre ações afirmativas no Brasil.

Os pontos que destaquei acima, tanto no texto de Moura como de Maio & Ventura são apenas exemplos de uma série de equívocos, meias-verdades, informações parciais e utilização de fontes de terceira mão que podem ser encontrados a todo momento. A soma de tudo isso resulta invariavelmente em análises enviesadas e avaliações equivocadas e unilaterais. Assim, gostaria de proceder agora a um relato do processo de discussão das ações afirmativas na UnB nos últimos cinco anos para, no final, retornar ao objeto de análise de Maio & Ventura, ou seja, “os usos da antropologia” no caso da política de ação afirmativa na Universidade de Brasília.

A fase da proposição 1999-2000

A primeira versão do projeto de cotas da UnB data de 1999, e antecede em alguns anos os compromissos assumidos pelo Estado diante da Conferência de Durban, que aconteceria apenas em setembro de 2001. O texto, de autoria dos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, ambos do Departamento de Antropologia, foi apresentado em uma mesa redonda no Curso de Bioética da UnB, coordenado pelo professor Wolney Garrafa e, dias depois, em um evento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UnB), onde uma platéia formada por estudantes de graduação e pós-graduação, ouvia desconcertada pela primeira vez na história da instituição, uma proposta pontual, concreta, fundamentada teórica e empiricamente, para a imediata implementação, que reivindicava a reserva de 20% das vagas do vestibular da UnB para candidatos negros. Apenas os militantes e ativistas do movimento negro, mais experientes, que já tinham uma discussão acumulada sobre o tema, puderam compreender as conseqüências e a dimensão da proposta.

As reações ao projeto nessa primeira fase foram predominantemente negativas, dentre as quais incluo a minha indignação inicial. E a posição dos dois professores era, evidentemente, isolada na comunidade interna. A proposta gerava muitas dúvidas, reticências e, sobretudo, grande resistência. Os que apoiaram o texto, na verdade, o viam mais como possibilidade de levantar a discussão sobre o racismo do que propriamente como uma proposta exequível ou viável de ação afirmativa.

A proposta, no entanto, não nasceu no vácuo, nem mesmo foi fruto de uma reflexão isolada dos dois antropólogos. Ao contrário, esse texto surgiu no contexto de uma contenda ocorrida no interior do Departamento de Antropologia, mas cujos desdobramentos foram acompanhados por toda a comunidade acadêmica, nos mais altos fóruns de deliberação da Universidade de Brasília, num episódio que ficou conhecido como “Caso Ari”, hoje já de pleno conhecimento da comunidade antropológica nacional (Lima, 2001; Carvalho, 2002). O que interessa, porém, é destacar que a proposta de ação afirmativa surgiu justamente poucos meses após os professores Carvalho e Segato serem alvo de um ‘Voto de Censura’¹⁶ do Colegiado do Departamento de Antropologia – o único do qual se tem notícia na instituição desde o fim da ditadura – devido justamente a uma questão de fundo racial. Portanto, diferentemente do que algumas versões da história da proposta de ação afirmativa na UnB dizem (Moura, 2003), ela surgiu em um contexto já conturbado, no interior de um conflito e com poucas adesões imediatas. Hoje, no entanto, sabemos que a idéia de ações afirmativas e reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes negros vêm de longa data. Sabemos também que os políticos, militantes, intelectuais dos movimentos negros foram os agentes que primeiro propuseram o tema. Conhecemos as propostas dos

Senadores Abdias do Nascimento (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS), do Deputado Carlos Alberto (PT-BA)¹⁷. E poucos anos antes da proposta surgir na UnB, o documento oficial apresentando durante a Marcha para Brasília, organizada pelos movimentos negros em 1995, também apresentava uma proposta de ação afirmativa para as universidades públicas.

Contudo, no âmbito da UnB isso tudo foi uma (re)‘descoberta’ realizada posteriormente, já com a discussão em andamento, com a participação fundamental de militantes do movimento negro, ativistas e intelectuais negros que se envolveram no debate durante o processo, trazendo à tona informações soterradas, projetos arquivados e nomes esquecidos. Foi uma surpresa para muitos, e continua sendo, a redescoberta dessas histórias. A ignorância de todo esse legado, porém – que vai dos movimentos abolicionistas negros, passando pela Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, assim como o pensamento radical de Abdias do Nascimento – pode ser avaliada hoje como mais um sinal do relativo sucesso das tentativas de silenciamento do tema durante a história do Brasil no último século.

Disseminando a discussão, 2000-2001

Essa mesma dinâmica do silenciamento do pensamento e dos projetos políticos da população negra no Brasil poderia ter soterrado o projeto de ações afirmativas na UnB. No entanto, vários fatores colaboraram para que a proposta escapasse a ela. Uma mistura de eventos de magnitudes variadas colaborou para a intensificação do debate. Mas, sem dúvida, o primeiro fator foi o desenrolar do ‘Caso Ari’, que durante dois anos passou por todos os fóruns de deliberação da universidade, transformando-se de um simples caso de pedido de revisão de nota, portanto um problema interno do Departamento de Antropologia, em

problema institucional quando chegou ao CEPE. Apesar do esforço do Colegiado do Departamento de Antropologia ter se utilizado de vários recursos para abafar o fato, justamente por isso, o Caso Ari foi fundamental para que a discussão sobre as relações raciais e a universidade se mantivesse ativa dentro da UnB por mais de dois anos.

O segundo fator foi a iniciativa do projeto A cor da Bahia, sob a coordenação de Delcele M. Queiroz, da UFBA, de realizar o primeiro censo universitário no Brasil. O projeto tinha como objetivo a aplicação de um questionário no momento da matrícula dos aprovados, no primeiro semestre de 2000. Além da UFBA, que já incluía o quesito cor nos formulários da universidade desde 1998, outras quatro instituições foram escolhidas para a pesquisa. Mônica Grin coordenou a aplicação do questionário na UFRJ, Pedro R. Bodê de Moraes na UFPR, Sérgio Ferreti na UFMA e José Jorge de Carvalho na UnB. A aplicação desse questionário e seus resultados foram os primeiros dados concretos sobre a universidade, ainda que preliminares, que puderam ser obtidos em muitos anos. Ainda que controversos, devido às dificuldades da aplicação do questionário (Carvalho, 2002), esses dados forneceram uma base de avaliação para o estabelecimento de uma correlação entre o racismo e seu impacto no ingresso de estudantes no ensino superior. Esse foi mais um fator que colaborou para que a discussão sobre as ações afirmativas e o projeto de cotas proposto por Carvalho & Segato pudessem permanecer na ordem do dia das discussões dentro da UnB.

Uma avaliação realizada nesse momento permite vislumbrar a repercussão de certos acontecimentos que só é possível com o distanciamento temporal. E um desses acontecimentos cruciais ocorreu justamente no segundo semestre de 2000. No dia 08 de setembro, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso

assinou o decreto que criava o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Foi justamente nesse momento que a reunião de uma série de intelectuais negros como Hédio Silva, Hélio Santos, Petronilha Beatriz Silva, Valter Roberto Silvério, Joel Rufino dos Santos¹⁸, e muitos outros, criou uma espécie de sinergia que também fomentaria a discussão durante muito tempo, proporcionando um ambiente favorável para o debate aberto sobre o racismo e projetos de inclusão.

Durante todo o ano de 2001 uma série de reportagens na grande imprensa, já fruto do clima de discussão gerado pela proximidade da Conferência de Durban, também contribuiu para a continuidade das discussões. Uma reportagem circulada pelo Correio Braziliense, poucos dias antes da Conferência¹⁹ repercutiu muito negativamente, arranhando a auto-imagem – obviamente questionável – que a Reitoria da UnB cultivava sobre a instituição, de ser uma universidade pioneira e inovadora em projetos de inclusão. A reportagem enfatizava o reduzido número de estudantes negros na UnB. Contando com o testemunho de alguns deles, a matéria trazia o registro de vários episódios de racismo e discriminação ocorridos no interior do campus. Mas a exposição pública da UnB como uma universidade branca e racista alcançaria maiores proporções após matéria de mesmo teor ser veiculada no Jornal Nacional, com declarações do professor José Jorge de Carvalho também em setembro de 2001.

Tudo isso culminou em mais um episódio de discriminação racial no interior do campus envolvendo o Departamento de Antropologia. Também em agosto de 2001, um grupo de estudantes negros da própria universidade foi vítima de um ato de violência perpetrado pelos seguranças da festa de encerramento do

FELAA – Fórum de Estudantes Latino-Americanos de Antropologia e Arqueologia. O episódio gerou um mal-estar generalizado entre os estudantes de ciências sociais, especialmente quando o grupo de estudantes negros resolveu responsabilizar os organizadores da festa – os estudantes de antropologia – e a administração UnB, na figura do Decanato de Extensão, pela ação dos seguranças.

Mas, diferente da solução encontrada pelo colegiado do Departamento de Antropologia em relação ao Caso Ari, ao invés de abafar ou denegar o caso, os estudantes resolveram se reunir para discutir o ocorrido. Embora a discussão não tenha concluído o assunto, pela primeira vez foi possível discutir o racismo e a discriminação abertamente, colocando frente a frente, num debate aberto, aqueles que, de alguma forma, foram responsáveis pelo ato e aqueles que foram vítimas dele.²⁰

Todos esses acontecimentos colaboraram para a formação de uma ampla frente de apoio ao projeto de cotas para a Universidade de Brasília, que ultrapassava os limites dos muros da academia. De um lado, representantes da comunidade negra, intelectuais e ativistas, declararam seu apoio ao texto de Carvalho e Segato, assim como representantes do Estado, se colocaram à disposição para debatê-lo. Dessa forma, o apoio de figuras como Edna Roland, Sueli Carneiro, Joaquim Barbosa de um lado, e Ivair Augusto dos Santos e Roberto Borges Martins, por outro, foram fundamentais tanto para a disseminação e legitimação da discussão como para o enriquecimento e o fortalecimento do projeto.²¹

Consolidação e aprovação da proposta, 2002-2004

No ano de 2002, a discussão iniciada pelos professores Carvalho e Segato através de sua proposta de reserva de vagas para estudantes negros e indígenas já estava plenamente consolidada. De um lado, isso se deveu ao próprio contexto interno. Os casos de discriminação racial – o Caso Ari e o surgimento do coletivo de estudantes EnegreSer – assim como a politização da discussão sobre a sub-representação dos negros no corpo discente e docente fomentaram um clima de insatisfação em relação às explicações usuais assim como em relação às propostas tradicionais.²²

Por outro lado, a pertinência e a necessidade das discussões foram legitimadas ao longo dos anos pela atuação tanto do Estado quanto dos movimentos sociais.²³

O ano de 2002 começou com informações desencontradas sobre a aprovação de um projeto pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que instituiu reserva de vagas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Informações mais precisas viriam apenas em março, quando foi publicado o decreto que regulamentava a Lei 3708, sancionada pelo Governador Garotinho, em novembro de 2001. Contudo, conforme pode ser verificado posteriormente, o projeto de lei apresentado pelo Deputado Estadual José Amorim do PPB, foi uma iniciativa unilateral, e não foi discutida nem dentro, nem fora da Alerj (Peria, 2004). Muito menos nas instituições que seriam afetadas por tal projeto. E nisso, o processo ocorrido no Rio de Janeiro foi o exato oposto daquele ocorrido em Brasília.

Depois de três anos de discussão entre o corpo discente e docente iniciaram-se as discussões com a reitoria. Dóris Ribeiro, então Decana de Extensão, foi a primeira pessoa da administração a aceitar discutir o projeto. Nos primeiros encontros em seu gabinete, ela se mostrava aberta a apoiar um projeto de inclusão que, aliado ao Programa de Avaliação Seriada (PAS)²⁴, modificasse o panorama do vestibular convencional. Contudo, não estava convencida de que o recorte racial seria o melhor, e muitas vezes ela deixou claro que preferia um projeto voltado para as escolas públicas, chegando mesmo a sugerir que Carvalho e Segato investissem sua energia nesse sentido. Contudo, os dados apresentados pelo IPEA em 2001 (Henriques, 2001) sugeriam que isso teria um efeito reduzido entre os negros.²⁵ Sua postura, no entanto, foi mudando ao longo dos meses, à medida que ela se convenceu do argumento de que a inserção de estudantes negros a longo prazo criaria uma demanda por novos tipos de conhecimento. Ou seja, com um novo contingente populacional presente na universidade, haveria grande possibilidade de que temas de interesse da população negra fossem integrados aos cursos, aos currículos e às agendas de pesquisa.²⁶ A Decana se comprometeu, então, a levar o projeto para a apreciação da Vice-reitoria que, por sua vez, se propôs a levá-lo para discussão e votação no CEPE.²⁷

De 2002 até junho de 2003, data da aprovação do projeto, o CEPE realizou mais de três reuniões extraordinárias para a apresentação e discussão do projeto. Foram trazidos especialistas em relações raciais, representantes da sociedade civil e do Estado. Enfim, a administração da UnB fez todos os esforços para que a comunidade e os representantes do CEPE pudessem se inteirar de todos os detalhes técnicos e desdobramentos da proposta, tanto do ponto de vista jurídico e pedagógico, quanto do político e social.

Em outras duas reuniões ordinárias, Carvalho e Segato tiveram oportunidade de expor seu projeto e responder perguntas sobre o mesmo. Outros especialistas foram trazidos para falar sobre projetos alternativos de inclusão – reserva para escolas públicas, expansão da va- gas, investimento no ensino noturno²⁸ – e compará-los ao projeto de reserva de vagas para estudantes negros. Portanto, foi mais um ano e meio de intenso debate com o Conselho maior da universidade, que congrega representantes discentes e docentes de todas as áreas, além de decanos e do Vice-Reitor.

Em 2003 foi solicitado a Carvalho e Segato que escrevessem um Plano de Metas para a implementação do projeto. Seria esse o texto a ser aprovado ou rejeitado pelo CEPE. O Plano de Metas se baseava, evidentemente, no texto “Uma Proposta de Cotas para a Universidade de Brasília” (Carvalho & Segato, 2002). No entanto, era mais sucinto e delineava apenas as tarefas a serem realizadas do ponto de vista administrativo para a implementação da proposta, já que a parte argumentativa estava no texto base. Esse foi o primeiro motivo dos desencontros posteriores, ocorridos na fase de implementação do projeto pela Comissão de Implementação do Plano de Metas (CIPM).

No dia 6 de junho de 2003, o Conselho se reuniu, tendo à mesa, além do Vice-reitor, a Ministra da Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) Matilde Ribeiro, o co-autor da proposta de cotas, José Jorge de Carvalho, antropólogo da UnB, e a pedagoga da Universidade Federal de São Carlos, Petronilha Beatriz Silva, que proferiu uma palestra.

No decorrer da reunião do CEPE, vários conselheiros argumentaram pedindo a colocação do Plano de Metas em votação.²⁹ Depois de nada menos que sete

reuniões, muitos conselheiros sentiam que a votação do projeto estava sendo protelada, mais que o usual.

A audiência, formada basicamente por estudantes que acompanhavam o processo há anos, exerceram seu direito à voz. Diante das manifestações dos conselheiros, o Vice-reitor, Presidente do Conselho, que obviamente apoiava a idéia geral do projeto, fez duas votações em separado. A primeira, que incluía na pauta a votação do Plano de Metas; e a segunda, que colocava o Plano de Metas em apreciação. A assembléia, formada majoritariamente por professores, que representavam seus colegiados ou órgãos acadêmicos, e representantes discentes em proporção muito menor, aprovaram as duas propostas. Depois de um ano e meio de discussões, e mais de sete reuniões entre ordinárias e extraordinárias, segundo os mais experientes Conselheiros do CEPE, esse foi o tema de que se tem notícia, que mais ocupou espaço de discussão no Conselho.³⁰

Na mesma seção, o Vice-reitor formou a Comissão para Implementação do Plano de Metas (CIPM), composta por membros do próprio CEPE. Fizeram parte da Comissão Renato Hilário, da Faculdade de Educação; Luis Felipe Miguel, do Departamento de Ciência Política, Dione Moura, do Departamento de Comunicação, e a estudante Renata da Silva Nóbrega, do Departamento de Relações Internacionais. Esse, como mais tarde ficaria provado, foi o segundo dos equívocos que originaram os desencontros subseqüentes.

Nada justificava que a CIPM tivesse que ser formada exclusivamente por membros do CEPE. No entanto, como conseqüência disso, todas aquelas pessoas que participaram diretamente do processo de discussão, da elaboração ou do aperfeiçoamento do texto e da idéia do projeto de cotas da UnB, estavam de fora da Comissão. Nenhum dos membros da CIPM tinha qualquer tipo de

experiência com a complexidade política do tema. Portanto, nenhum dos membros tinha nem discussão acumulada, nem estavam inteirados da lógica da dinâmica das relações raciais e de seus dilemas. E isso os colocaria em dificuldades durante o processo de detalhamento e implantação do projeto.

Além disso, o Vice-reitor Timothy Mulholland fez todos os esforços para se manter no absoluto controle dos trabalhos, retirando praticamente toda a autonomia da CIPM, ao se nomear presidente. O próprio fato de Dione Moura ser colocada na posição de relatora deve-se ao fato de que ela era o único membro da CIPM politicamente próximo à reitoria, o que garantia ainda mais seu poder na Comissão.

A CIPM fez um bom trabalho em vários tópicos, no entanto, houve uma série de desacordos em dois pontos centrais. O maior deles, diz respeito ao significado do percentual de 20% (Siqueira & Carvalho, 2003), e isso ocupou algumas das mais tensas reuniões da Comissão. Uma das quais, contou com a participação, como convidados, de Édson Cardoso, jornalista e militante negro, e Humberto Adami, do escritório de advogados no Rio de Janeiro que prestava apoio jurídico a UERJ nas ações na justiça contra as ações afirmativas. Foi nessa reunião que, entre outras recomendações, Adami enfatizou que seria necessário implantar algum sistema de fiscalização nas inscrições para evitar fraudes, ou seja, que brancos se candidatassem como negros. Adami, que inicialmente havia se colocado à disposição da UnB para qualquer auxílio jurídico, diante da resistência de membros do CIPM de implementar uma intervenção agressiva no processo, ameaçou ele próprio entrar com uma ação contra a instituição se ela não implementasse algum tipo de fiscalização eficaz.³² Muitas formas de fiscalização foram sugeridas, desde entrevistas – medida considerada ideal, mas inviável economicamente, segundo duvidável avaliação

do Vice-reitor – até o uso de fotografias – naquele momento, pensado apenas como um agente constrangedor em casos de fraude deliberada. O projeto original não detalhava esse quesito mas, nas discussões e textos subsequentes, tanto de José Jorge Carvalho quanto de Rita Laura Segato, havia ficado claro que o único critério de atribuição de cor politicamente aceitável seria a auto-identificação.

Durante todos os anos dos debates que freqüentei, de 2000 até 2004, nunca havia se postulado algo como uma comissão para fiscalização através da análise de fotografias. Portanto, não havia discussão acumulada sobre essa proposta, nem ela tinha legitimidade em qualquer âmbito, nem interno à UnB, nem externo. A idéia foi inspirada na experiência da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) sustentada por um dos membros da CIPM e prontamente foi aceita pelo Vice-reitor, por ser barata e de fácil implementação em relação às outras alternativas e, sobretudo, por já contar com um precedente que não havia sido contestado juridicamente. A proposta consistia na formação de uma nova comissão, composta por membros da comunidade acadêmica (estudantes e professores), além de representantes dos movimentos sociais negros. Essa comissão seria responsável pela análise das fotografias dos candidatos às vagas reservadas para estudantes negros, que seriam tiradas na hora da inscrição. A proposta, até onde se sabe, não foi fundamentada em outro princípio, senão o de evitar fraudes. E, sobretudo, não consta que haja por trás dela qualquer “inspiração científica”, biológica ou de qualquer outra natureza.

Essa proposta entrava em choque com os princípios de auto-identificação sustentados pelos autores do projeto original, e por outros atores que estiveram envolvidos no debate desde 1999. Ela não encontrava respaldo em nenhuma discussão prévia, e isso se deve em grande parte ao fato de Moura apenas ter se

engajado ao projeto na discussão na fase final de sua discussão no CEPE. E, sobretudo dentro da CIPM, ela não encontrou outro apoio senão do próprio Vice-reitor, o qual aprovou sua proposta. O resultado disso foi que, muitos meses antes de concluir seu trabalho, devidos aos desgastes provocados pelos diferentes entendimentos do melhor encaminhamento do processo, pelo menos dois dos quatro membros originais da CIPM tinham se desligado dela antes da conclusão dos trabalhos.

CONCLUSÃO

Gostaria de voltar agora ao argumento de Maio & Ventura, acerca do caso da UnB e o papel dos antropólogos no processo. A condenação que os autores fazem da Comissão de Avaliação, responsável pela homologação da inscrição dos candidatos que optam pelo sistema de reserva de vagas do vestibular da Universidade de Brasília, é correta em certa medida. E como afirmei acima, contrariando a trajetória de todo o projeto, ela surgiu como uma proposta isolada, praticamente sem apoio e não discutida publicamente. Além disso, muito antes de vir a público, tal proposta fora criticada internamente e intensamente questionada dentro da própria UnB.

Entretanto, é preciso destacar, que a existência da Comissão de Avaliação não consegue resumir a história de todo o processo que levou a implementação da reserva de vagas na UnB. E isso Maio & Ventura parecem não conseguir perceber. Os autores, por exemplo, justificam sua preferência pelo caso da Universidade de Brasília, pelo fato de que ele seria “um microcosmo de processos sócio-políticos bem mais disseminados no país. Um aspecto particularmente significativo é que há o acionamento de temas caros à reflexão

antropológica, ou seja, no plano das técnicas, chegou a envolver a prática da antropologia enquanto atividade de ‘peritagem racial’”.

Mas se a UnB realmente pode ser tomada como um microcosmo, certamente Maio & Ventura não o conhecem, senão através das matérias da Assessoria de Imprensa da universidade. Quais são as informações concretas sobre a dinâmica de trabalho da Comissão? Em relação ao papel do antropólogo, quais métodos ele utiliza? Baseado em que teoria ou procedimento? Qual sua ascendência, como especialista, sobre os demais membros?

Faço essas perguntas porque durante todo o processo de discussão do projeto, de 1999 a 2003, e ainda hoje, em nenhum momento a ‘ciência biológica’ racial foi ponto de apoio ou referência teórica. As ações afirmativas na UnB tiveram como palco principal temas político/ acadêmicos, tais como: qual o papel da universidade na reprodução do racismo? O que ela pode fazer a respeito? Ela quer fazer algo a respeito? Por que há tão poucos estudantes negros? Por que há tão poucos professores negros? Por que nossos currículos são eurocêntricos? Por que não faremos algo a respeito da exclusão racial sabendo que a universidade é um agente de exclusão? Por que os indígenas estão fora da universidade? As respostas a essas perguntas eram e continuam sendo o campo principal de tensão.

Em outros momentos, Maio & Ventura definitivamente não levam em consideração uma questão chave em todo o processo, isto é, quem foram seus agentes. Isso é de importância fundamental, porque quando a questão da agência não é levada em consideração, não é possível atribuir significados aos eventos, fatos e gestos, senão como especulação inconseqüente. Em praticamente todo o texto, Maio & Ventura tomam a implantação das cotas na UnB como um projeto

meramente institucional. Em outros momentos, os autores pintam um quadro maquiavélico, como se houvesse uma espécie de conluio ou pacto sinistro entre a administração da Universidade de Brasília e agências do Governo Federal, para fazer da UnB a “‘vitrine’ para a sociedade como um todo”.

Como já afirmei na primeira parte do texto, a presença de autoridades do Estado no processo da UnB foi resultado de um esforço de convencimento realizado por professores e estudantes da UnB que exerceram seu direito de fazer demandas ao Estado. E isso não foi tarefa fácil, pois envolveu grande esforço intelectual na tarefa de fazer com que as autoridades acreditassem que o projeto era exequível, fundamentado, pertinente e, sobretudo, responsável politicamente.

O questionamento que venho fazendo ao texto de Maio & Ventura, tem relação com o que acredito ser seu fundamento. Ou seja, sabendo que não existe qualquer detalhamento sobre as atividades e o verdadeiro papel do antropólogo na Comissão de Avaliação; sabendo que nada garante que o antropólogo esteja usando qualquer método, técnica, procedimento científico de identificação racial na Comissão, o que de fato motiva tamanha crítica por parte dos autores?

Há duas respostas possíveis: uma delas é a de que os autores têm informações sobre a Comissão que ninguém mais possui – o que é bastante duvidoso, sabendo da má qualidade da informação que os autores usam sobre a UnB ao longo de todo o texto. A segunda possibilidade, a mais óbvia, é o que permanece como subtexto. Isto é, Maio & Ventura aproveitaram o álibi perfeito para atacar as políticas de ação afirmativa sem precisar utilizar todas as letras. E nisso, os textos de Yvonne Maggie e Peter Fry me parecem mais corajosos, porque eles não utilizam subterfúgios para fazer o que Maio & Ventura só conseguem

através de uma parábola. Evidentemente subscrevo minha crítica, como a de muitos outros, à famigerada Comissão de Avaliação. Contudo, com o prosseguimento do projeto de ações afirmativas iniciado na Universidade de Brasília, a crescente crítica interna a sua existência pouco a pouco minará sua legitimidade, fazendo surgir mecanismos mais inteligentes de fiscalização. Entretanto, confundir a existência dessa Comissão com o complexo processo político-acadêmico que levou a implementação das ações afirmativas na UnB é um equívoco que os testemunhos e os documentos produzidos ao longo do tempo não o permitem. Além disso, nunca é demais lembrar, que durante todos esses anos o projeto que se iniciava na UnB foi alvo de inúmeras críticas, vindas especialmente do *mainstream* da antropologia brasileira. As críticas foram duras, e na maior parte das vezes, fundamentada na mais questionável narrativa da história nacional – seja a romântica, a freyreana ou a modernista –, muitas vezes recorrendo a argumentos terroristas, como a ameaça de uma guerra étnica, desagregação social, fim da soberania nacional, aumento do racismo e a falência da democracia (Fry & Maggie, 2004).

Até o momento, nada indica que as cotas nos levarão nessa direção. No entanto, a idéia das ações afirmativas, ao menos na versão proposta na Universidade de Brasília, passou por várias provas, e ela permanece, com toda sua pertinência, como um problema a ser continuamente debatido. Por isso, no espírito das epígrafes que escolhi para abrir esse texto, creio que seja necessário concluir afirmando que, se a Universidade de Brasília tem

Notas:

1 Todo o material audiovisual reunido nesse período está sendo preparado para

a montagem de um documento a ser finalizado em parceria com o antropólogo Ernesto Ignácio de Carvalho.

2 Além desses dois textos existem alguns artigos institucionais da Universidade de Brasília. Ver. Mulholland, 11/05/2004, Linha do tempo, 18/03/2004 (<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0304-64.htm>), Afonso & Seabra, 18/03/2004 (<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0304-64.htm>)

3 O plano de metas é, na verdade, um extrato do texto “Uma proposta de cotas para a Universidade de Brasília”, da autoria dos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato. Esse documento consiste em uma agenda mínima a ser cumprida pela comissão para a implementação da proposta de cotas.

4 Do mesmo modo o nome correto da representante dos estudantes é Renata da Silva Nóbrega, que cursava no período o curso de Relações Internacionais, que não faz parte do recém-criado Instituto de Ciência Política.

5 A Deputada Érika Kokáí, PT/DF acompanhou toda o processo de discussão da implementação da reserva de vagas na UnB. No período, ela presidia a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital, através da qual organizou uma discussão sobre ações afirmativas na Câmara Distrital em 2002.

6 Vale lembrar que no dia 02/05/2004 Marcos Chor Maio escreveu um dos textos mais agressivos jamais escritos contra a Universidade de Brasília. Em sua crítica à comissão de homologação das inscrições por cotas, Maio afirmou

que “a comissão da UnB merece a qualificação de primeiro tribunal de pureza racial instalado no Brasil”. Folha de São Paulo, “Tribunal racial”, 02/05/2004.

7 Maggie & Fry (2004) vão mais longe, ao afirmar que as ações afirmativas rompem com “longa tradição formal republicana brasileira do a-racismo e do anti-racismo” (Maggie & Fry, 2004: 67). Os autores, no entanto, não trazem argumentos que confrontem a longa bibliografia que afirma justamente o contrário.

8 Um decreto de 1890, por exemplo, dizia que “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho. (...) Excetuando-se indígenas da Ásia e África, que somente mediante autorização do Congresso poderão ser admitidos.” Além do fato de que não havia defasagem populacional no Brasil que justificasse busca por novos contingentes, a exclusão da Ásia e África, deixava o país aberto quase que exclusivamente aos europeus brancos. Apenas uma política racialmente orientada pode justificar os atos do Estado Brasileiro.

9 Em muitas regiões do Brasil, do nordeste ao sul, houve uma série de projetos governamentais, de claro caráter étnico-racial, para cessão de propriedades fundiárias em várias modalidades. Elas variavam desde a cessão no regime por posse, até a venda com financiamento facilitado e à longo prazo. Em certos casos, os projetos de colonização voltados para os imigrantes europeus foram instituídos com cessão gratuita de terras (Alvim, 2000: 388).

10 Desde esse mesmo período, através das pesquisas do projeto Unesco e de outros dados de recorte racial, como as pesquisas de Carlos Hasenbalg e Nelson

Vale e Silva, nas décadas de 1970 e 1980, o Estado passou a ter conhecimento da existência de padrões de discriminação racial em diversos setores da sociedade. Vale lembrar o caso de Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho, que afirma ter ficado “chocado” ao tomar ciência da existência de discriminação no mercado de trabalho. A resposta dos técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho foi a elaboração de uma proposta de cotas no mercado de trabalho, que variaria de 20% a 10%, dependendo do segmento. A proposta foi prontamente rejeitada pelo próprio Ministro e por intelectuais (Santos, 1998). O que gostaria de destacar nesse caso é que, ao tomar conhecimento, e ao não adotar medidas para a coibição e a reversão do quadro, o Estado tornou-se conivente com o fato, não podendo ser mais qualificado de “neutro”.

11 Nos últimos três anos pelo menos nove projetos foram financiados pela Fundação Ford, contando-se apenas aqueles em andamento nas universidades públicas estaduais e federais do Rio de Janeiro. Sem mencionar, também, que o próprio Ricardo Ventura foi beneficiário de financiamentos da Fundação Ford conforme mostram os seguintes artigos: Escobar (2003) e Basta (2004).

12 Esse projeto fazia parte do Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais, da UFRJ, coordenado por Heloísa Buarque de Hollanda. Faziam parte da equipe do projeto Peter Fry e Mônica Grin.

13 Entre os diversos integrantes desse projeto estão Yvonne Maggie e Mônica Grin.

14 A sensação de suspeita em relação a Fundação Ford por parte de Maio & Ventura é compreensível. Afinal, no período do pós-guerra, a instituição desempenhou papel fundamental na reorganização do campo acadêmico norte-americano e continua exercendo grande influência na composição das agendas de pesquisa em várias partes do mundo, de áreas variadas que vão da medicina à filosofia (Ahmad, 1991; Raynor, 2000). Em muitas ocasiões a Fundação Ford foi usada como fachada pela CIA para repasse de verbas a ‘projetos de pesquisa’ – tam- bém de fachada – nos Estados Unidos e no exterior (Diamond, 1992; Simpson, 1994). A penetração da Fundação Ford nas ciências sociais no Brasil, por sua vez, começou em 1962 e aumentou durante a gestão de McGeorge Bundy (1966-1979) – ex-assistente de segurança nacional da administração Kennedy e Johnson. Como se sabe, a Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional foi criada com recursos da Fundação Ford no fim dos anos de 1960. E desde 1970, significativas somas de recursos também foram alocados no CEBRAP, no IUPERJ, na ANPOCS, no Departamento de Ciência Política da UFMG e UFRGS, no Departamento de Antropologia da UnB entre outras instituições. Além de financiar intercâmbio de estudantes e docentes (Miceli, 1990).

15 Os propositores do projeto de reserva de vagas na UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, contavam apenas com recursos provenientes de suas bolsas de produtividade de pesquisa do CNPq. Paralelamente, José Jorge de Carvalho coordenava o projeto “Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo”, financiado pelo PRONEX-CNPq/MCT.

16 O “Voto de Censura” foi um instrumento utilizado pelo Colegiado do Departamento de Antropologia, impe- trado em

11 de janeiro de 1999 contra os professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, no intuito de intimidar e impor silêncio aos mesmos. O “Voto de Censura” era uma figura jurídica do antigo Regimento Interno da Universidade de Brasília do período da ditadura, há muitos anos fora de vigor. E por se constituir num ato irregular, a assessoria jurídica da UnB emitiu parecer contrário à decisão, o que obrigou o Colegiado a retirá-lo dois meses mais tarde. Votaram a favor do “Voto de Censura” os seguintes professores: Mariza Peirano, Alcida Rita Ramos, Gustavo Lins Ribeiro, Carla Costa Teixeira, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Wilson Trajano Filho, Martin Alberto Ibañez-Novión (†), Ellen F. Woortmann, e o representante dos estudantes Gabriel Omar Alvarez. O professor Paul Little se absteve, e Stephen G. Baines foi o único professor a emitir voto contrário. Dias mais tarde, o doutorando Gabriel Omar Bastos foi desautorizado pelos estudantes de pós-graduação que escreveram carta após assembléia declarando-se contrários ao voto de censura. (Ver.: “Voto de Censura” e “Ata do Colegiado do Departamento de Antropologia”, 11/01/1999.)

17 A proposta de Abdias do Nascimento em 1983 tinha como objetivo a reserva de bolsas para estudantes negros e reserva de vagas no Instituto Rio Branco (PL 1332/83). A proposta de Benedita da Silva, em 1993, tinha como objetivo a reserva de vagas nas instituições de ensino superior públicas para estudantes negros e indígenas (PL 4339/93). A proposta de Paulo Paim em 1995 previa a inclusão de afro-descendentes em todos os níveis da educação pública, de acordo com sua proporção na população brasileira (PL1239/95). Em 2000 Paim apresentou o projeto do Estatuto da Igualdade Racial, onde previa a reserva de 25% das vagas do ensino superior para afro-descendentes (PL 3198/00). Em 1998 o Deputado Luiz Alberto (PT-BA) apresentou o projeto PL 4567/98 para

a criação do Fundo Nacional de Ações Afirmativas (FNDA), prevendo concessão de bolsas de estudo para estudantes afro-brasileiros.

18 Ver. Anais: Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília, 2001.

19 Correio Braziliense, “Gueto negro na UnB”, 21/08/2001.

20 Discussões como esta se repetiram outras vezes, ainda mais depois que esse grupo de estudantes negros que se reuniam informalmente, fundaram formalmente o coletivo EnegreSer. Apesar de toda a controvérsia desse evento, ali surgiu uma proposta concreta. Com a ajuda dos estudantes de antropologia, do grupo EnegreSer e do Decanato de Assuntos Comunitários foi possível realizar aquele ano o I Fórum da Inconsciência Racial, que se tornou um evento anual, realizado sempre na semana de comemoração do Dia de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro.

21 Edna Roland foi Relatora do texto final da Conferência de Durban, e esteve presente na UnB para um debate sobre o projeto em 2002. Sueli Carneiro, intelectual e ativista, em várias oportunidades escreveu a favor do projeto, na coluna Opinião do Correio Braziliense. Joaquim Barbosa – ex-aluno da UnB – esteve na universidade em 2002 para fazer um palestra sobre os aspectos jurídicos das ações afirmativas, realizando uma avaliação do texto de Carvalho & Segato. Meses mais tarde se tornaria Ministro

do Supremo Tribunal Federal (STF). Ivair Augusto dos Santos, militante negro histórico, foi Assessor Especial da Secretaria de Direitos Humanos no período, sendo uma das figuras-chaves na articulação dos esforços tanto da sociedade civil quanto do Estado no combate ao racismo. Roberto Borges Martins, ex-professor de economia e história da UFMG, especializado no tema da escravidão, foi diretor do IPEA na segunda gestão FHC, e responsável pelos estudos que subsidiaram as discussões dos seminários preparatórios para a Conferência de Durban.

22 De um lado, os casos de discriminação racial colocavam em xeque a idéia do racismo velado, assim como a sub-representação de negros na universidade já não era mais respondida plenamente pela abordagem classista.

23 Nesse sentido, os Anais dos Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001), publicados pelo Ministério da Justiça, são uma publicação importante. Os Anais documentam as linhas de argumentação e as justificativas de intelectuais negros para suas reivindicações diante dos representantes da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ao contrário da tensão que ocorreu no Seminário de Brasília, em 1997, quando os representantes negros eram minoria – e já reivindicavam uma agenda concreta, inclusive com ações afirmativas -, eles foram suplantados pelos participantes brancos que, ao contrário, deram novo fôlego à ideologia da ‘democracia racial’ ao tentarem reabilitá-la (DaMatta, 1997; Souza, 1997). Um dado importante, é que nos Seminários Regionais para a Conferência de Durban, os intelectuais negros estiveram representados em maior número.

24 O Programa de Avaliação Seriada (PAS) da UnB é considerado por muitos, e especialmente pela reitoria da UnB, como um projeto inovador. O PAS reserva 50% das vagas do vestibular a alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas, que realizam provas anuais. Segundo afirmações da administração da UnB, a medida aumentou o número de egressos da escola pública, contudo ela nunca publicizou suficientemente os dados para debate. A discussão que deu origem ao PAS, porém, tinha como objetivo reservar vagas para alunos de escolas públicas somente. No entanto, cedendo à pressão do Sindicato das Escolas Particulares, a reitoria instituiu o PAS para estudantes tanto do ensino público como do privado.

25 Os dados de Henrique (2001) constataram um padrão de distância em anos de estudos entre negros e brancos ao longo de grande parte do século 20 (de 1929 a 1974). Da mesma forma, o PNAD de 2001 mostrava que a população branca com 11 anos ou mais de estudo (portanto, apta para se candidatar ao vestibular) também era maior que a da população negra, tanto em termos absolutos como em termos proporcionais. Nesse sentido, brancos, mesmo que pobres, teriam vantagem sobre negros numa proposta de reserva de vagas para a escola pública.

26 Esse fato pode ser verificado em relação ao surgimento de novos temas e linhas de pesquisa nas universidades brasileiras, quando a segunda ou terceira geração daqueles imigrantes pobres que vieram para o Brasil nas primeiras décadas do século XX chegaram a universidade, ocupando postos-chaves como professores, pesquisadores ou dirigindo instituições de fomento à pesquisa. Os maiores especialistas nas ciências humanas e sociais em temas como imigração e colonização, são justamente filhos de imigrantes alemães, italianos e etc. Nos estudos de literatura estrangeira e filosofia, onde o domínio de uma língua

européia é importante, os filhos de imigrantes que tiveram uma educação bilíngüe também tiveram vantagens. Raciocínio análogo por ser feito em relação a inserção de estudantes negros e indígenas na universidade. Há uma grande possibilidade de que novos temas e interesses surjam daí. Essa linha de argumentação é exposta em Carvalho (2004).

27 Um dado importante aqui é que o Reitor da Universidade de Brasília, Lauro Morhy, não esteve presente em um único evento ou acontecimento relacionado à discussão sobre a reserva de vagas na UnB antes de sua aprovação.

28 Embora o projeto de ação afirmativa sustentado por Carvalho & Segato não inviabilizasse qualquer projeto paralelo de inclusão, nenhuma outra medida foi implementada. Nem mesmo os defensores de reserva para escolas públicas se mobilizaram para escrever, discutir e apresentar um projeto para a administração da universidade.

29 Ata da reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do dia 06 de junho de 2003.

30 O procedimento de praxe no CEPE consiste na discussão de diversos assuntos em pautas e de sua deliberação na mesma data. As reuniões geralmente são longas. Elas se iniciam à tarde e se estendem até a noite. Em questões mais delicadas, é escolhido um relator numa reunião, que apresenta um parecer e uma recomendação na reunião seguinte, a qual é submetida à discussão e para deliberação. Esse procedimento, no entanto, não ocupa mais que meia hora para cada questão. Portanto, nenhum assunto, à exceção do ‘Caso Ari’, ocupou

reuniões exclusivas. E nenhum outro ocupou tantas reuniões, quatro extraordinárias, e três ordinárias.

31 As atas das reuniões demonstram seu esforço e seu sucesso em conseguir que a FUNAI participasse mais ativamente do processo, a despeito de sua desorganização crônica. O resultado foi o estabelecimento de um convênio com a instituição, conforme previsto no projeto de cotas, para a indicação dos indígenas que preencherão dez vagas por semestre oferecidas pela Universidade de Brasília.

32 A compreensão do advogado Humberto Adami era de que não se podia implementar uma política pública sem uma medida de fiscalização correspondente que previna contra prejuízo os potenciais beneficiários da política. Argumentação que parece correta.

